
Sumário Executivo

O presente estudo da Entidade Reguladora da Saúde (ERS) analisa o acesso a cuidados de saúde oral no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS), com particular foco na evolução e funcionamento do Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral (PNPSO).

Criado em 2005, o PNPSO surgiu como resposta à elevada prevalência de doenças orais em Portugal e à limitada integração da saúde oral no SNS. Inicialmente assente num modelo de contratualização com prestadores privados, materializado através do mecanismo do cheque-dentista, o programa visava prioritariamente populações consideradas mais vulneráveis, como crianças e jovens, grávidas e idosos em situação de carência económica. Desde então, o PNPSO conheceu uma evolução significativa, tanto em termos da sua abrangência populacional como da diversificação das modalidades de prestação de cuidados.

Do ponto de vista normativo, o período em análise caracterizou-se por um processo de densificação legislativa progressiva, orientado para a universalização e maior equidade no acesso. Destacam-se, neste percurso, o alargamento gradual das populações-alvo, a inclusão de todos os jovens até aos 18 anos independentemente do tipo de ensino frequentado, a integração de pessoas que vivem com VIH e utentes em risco acrescido de cancro oral e, mais recentemente, a criação de condições para a reabilitação oral com recurso a prótese dentária.

No que respeita ao funcionamento do PNPSO através do mecanismo do cheque-dentista, a análise dos indicadores entre 2016 e 2025 revela uma evolução globalmente positiva, ainda que marcada por assimetrias regionais e diferenças relevantes entre grupos populacionais. O número de médicos dentistas privados aderentes ao programa manteve-se relativamente estável no período, com crescimento de 2013 até 2019 e uma diminuição posterior até 2025, continuando a verificar-se uma maior concentração de prestadores na região Norte e uma menor expressão no Alentejo e no Algarve. Todavia, a

dotação de médicos aderentes em relação à população residente é mais baixa na região de Lisboa e Vale do Tejo (com apenas 2,6 médicos por 10.000 habitantes em 2025, que comparam com os 8,4 da região Norte).

A emissão de cheques-dentista registou, em termos globais, uma tendência de crescimento ao longo da última década, interrompida apenas em 2020. As crianças e jovens até aos 18 anos continuam a representar a maioria dos cheques emitidos, embora o peso relativo deste grupo tenha vindo a diminuir à medida que outras populações-alvo ganharam maior expressão. Por sua vez, a utilização efetiva dos cheques acompanhou essa tendência de crescimento, embora de forma menos acentuada, o que resultou numa redução da taxa global de utilização, de 74% em 2016 para 64% em 2025.

A grande maioria dos cheques dentista continua a ser utilizada em consultórios privados aderentes ao programa, sendo residual a sua utilização nos estabelecimentos do SNS, quer em consultas de medicina dentária, quer de higiene oral. Este facto sublinha a importância estrutural do setor privado na resposta pública em saúde oral, acompanhada de um contexto de reforço da oferta nos cuidados de saúde primários.

Um dos eixos centrais do estudo incide precisamente sobre a integração da saúde oral nos cuidados de saúde primários do SNS, iniciada em 2016 através de experiências-piloto e progressivamente alargada a todo o território. Os dados recolhidos indicam um crescimento significativo da atividade assistencial neste domínio: o número de utentes atendidos passou de menos de 2.000 em 2016 para mais de 50.000 em 2025, e o número de tratamentos realizados ultrapassou os 120.000 no final do período em análise. Esta evolução demonstra a consolidação gradual da resposta pública direta em saúde oral.

Contudo, a análise evidencia também limitações relevantes. Apesar de estar definida desde 2018 a meta de garantir pelo menos um consultório de medicina dentária em todos os municípios, verificou-se que, no final de 2025, permaneciam 98 dos 278 concelhos de Portugal continental sem qualquer gabinete de saúde oral em funcionamento nas unidades de cuidados de saúde primários. Acrescem, ainda, assimetrias significativas na distribuição geográfica

de gabinetes e profissionais, bem como na intensidade da atividade assistencial entre diferentes unidades locais de saúde.

Em síntese, o estudo permite concluir que o acesso a cuidados de saúde oral publicamente financiados em Portugal registou uma evolução positiva e estrutural nos últimos anos, sustentada no alargamento do PNPSO, na integração progressiva da medicina dentária nos cuidados de saúde primários e no aumento da atividade assistencial. Persistem, contudo, desafios significativos ao nível da equidade territorial e da utilização efetiva dos instrumentos de acesso disponíveis. Neste contexto, a ERS sublinha a importância de continuar a acompanhar a implementação do PNPSO, contribuindo para a garantia efetiva do direito de acesso dos utentes a cuidados de saúde oral no âmbito do SNS.